

Pescadores, cabaneiros e feirantes: novas percepções sobre a atividade turística na Baía de Camamu

Djaneide Silva Argoloⁱ

Natanael Reis Bomfimⁱⁱ

Universidade Estadual de Santa Cruz (Brasil)

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender o processo de ressignificação socioespacial da Baía de Camamu – Bahia – Brasil, através da inserção da atividade turística, a fim de apresentar estratégias para o planejamento sustentável do turismo. Entende-se que o turismo, como atividade econômica e como fenômeno social, aporta impactos sociais, culturais e ambientais, negativos e/ou positivos (Bomfim, 2006; Dias, 2003; Yazigi, 2008). Nessa perspectiva, entender a percepção dos atores principais, sobre a produção do lugar turístico, a Baía de Camamu é buscar pistas que possam permitir ao planejamento sustentável do turismo. Para tal, utiliza-se nesse estudo uma abordagem metodológica qualitativa/interpretativa. Os resultados apontam que a ressignificação do espaço da Baía de Camamu, pelos pescadores, cabaneiros e feirantes, passa pela percepção afetiva dos mesmos, na medida em que as transformações nas dimensões ambientais, sociais e culturais envolvem uma relação de alteridade entre esses sujeitos e os visitantes. Nesse sentido, um planejamento participativo pode direcionar ações para uma sustentabilidade da atividade turística.

Palavras-chave: Baía de Camamu; Turismo; Sustentabilidade; Percepção.

Title: Fishermen, and merchants cabaneiros: new insights into the tourist activity in the Bay of the Camamu

Abstract: This article aims to understand the process of socio reinterpretation of the bay - Bahia - Brazil, through the inclusion of tourism in order to propose strategies for sustainable tourism planning. It is understood that tourism, as economic activity and as a social phenomenon, brings the social, cultural and environmental consequences and / or positive (Bomfim, 2006; Dias, 2003; Yazigi, 2008). From this perspective, understanding the perception of the main actors on the production of tourist place, the bay is to seek clues that might enable the planning of sustainable tourism. It draws on this study a qualitative approach / interpretation. The results indicate that the redefinition of the area of the bay, the fishermen, and merchants cabaneiros, affective is the perception of them, to the extent that changes in the dimensions of environmental, social and cultural otherness involves a relationship between these subjects and visitors. Accordingly, a participatory planning can guide actions for sustainability of tourism.

Keywords: Bay of the Camamu; Tourism; Sustainability; Perception.

ⁱ Mestra em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz – Curso de Historia. E-mail: djaneideargolo@hotmail.com

ⁱⁱ Doutor em Educação pela Universidade do Quebec em Montreal. Professor Adjunto da Universidade Estadual de Santa Cruz, atuando no Programa de Mestrado de Cultura e Turismo na Disciplina Planejamento Sustentável do Turismo e no Curso de Bacharelado e Licenciatura em Geografia, na Disciplina Cartografia. E-mail: natanaelreis@uol.com.br.

Introdução

Nas últimas décadas, paralelo ao contexto educacional e ao seio das ciências humanas, Geografia, História, Sociologia, Antropologia, Economia, entre outras, os debates sociais e científicos colocam em jogo os termos representações, territorialidade, lugar, etc. Estes debates portam sobre a necessidade de investigar os princípios fundadores de nossa relação com o mundo. Trata-se de interagir os fundamentos de uma inteligibilidade do espaço das sociedades com as significações atribuídas ao espaço vivido pelo ator sócio geográfico, construídas através de sua participação na sociedade e da sua construção identitária com o espaço (aquele que pensa, reflete e age no espaço geográfico).

Entende-se, aqui, que o turismo se afirma como atividade econômica que interfere na organização desigual dos territórios, absorvido pelos modos de produção econômicos, sociais e culturais, portanto, requerendo controle governamental e da própria sociedade e exigindo a aplicação de políticas públicas e privadas, oficiais e alternativas. É nessa perspectiva da organização espacial que Havas (1981: 6) explica o turismo como uma atividade que se preocupa com a produção e distribuição espaço. Isso revela a necessidade de um disciplinamento no contexto global onde opera o turismo, visando dotá-lo de uma racionalidade econômica que permita o controle das variáveis de bens e serviços que tornam possíveis os benefícios esperados pelos turistas em viagem. Os principais objetivos econômicos gerais do turismo são: maximização da quantidade de experiência psicológica para os turistas [da utilidade dos bens e serviços]; maximização dos lucros das firmas que produzem bens para os turistas; maximização dos impactos primário e secundário dos gastos turísticos sobre uma determinada comunidade, região ou país.

Mas, antes de ser um fenômeno econômico, o turismo é uma experiência social que envolve pessoas que se deslocam no tempo e no espaço em busca de prazer e diversão que atendam não apenas as suas necessidades físicas imediatas, mas também os seus imaginários. Moesch (2000) afirma que o turismo envolve uma relação complexa de inter relacionamentos entre produção e serviços, cuja composição integram-se uma prática social com herança histórica, a um meio ambiente diverso, à uma cartografia natural, às relações sociais de construtibilidade e às trocas de informações interculturais.

Percebe-se, aqui, vários aspectos das imbricações socioculturais, uma vez que das relações desenvolvidas durante a promoção da atividade turística, decorrem (re) construções e (re) significações socioespaciais. Assim, o fenômeno turístico se apresenta como um misto entre a

subjetividade e objetividade que compoem os processos socioculturais, políticos, geográficos e econômicos (Gastal, 2000). Logo, a sua compreensão requer estudos interdisciplinares, uma vez que as ações engendradas em função da exploração da atividade turística trazem seus resultados socializados (Dencker, 2004; Bomfim, 2000; Yázigi, 1998; Filho, 2000). Essas idéias acima são corroboradas pelas inferências de Coriolano (2005 apud Chadeaud, 1987) quando afirma que o espaço turístico é considerado um produto social que envolve aspectos que alicerçam as culturas dos grupos humanos, acentuando por sua vez, a demanda de investigação dos variados vieses da atividade turística, uma vez que esta é hoje compreendida como alternativa de desenvolvimento.

Esse debate no meio acadêmico tem produzido conhecimento, novas proposições didáticas e estratégias de planejamento tanto para a formação de profissionais, nos diversos níveis de ensino, quanto para o desenvolvimento com base sustentável para o turismo (Beni, 2006, Bomfim, 2005, Dencker, 2004, Barreto, 2003). Entretanto, verifica-se que essas produções foram ineficazes, pois não acompanharam as atividades concretas capazes de responder às necessidades dos professores, de comunidades locais, de empresários. Logo, por um lado, os estudos propõem que trabalhem os conceitos em relação às próprias realidades sociais do espaço como uma forma de representação destas realidades. Por outro lado, as práticas que se exercem no espaço apontam que para a maior parte dos sujeitos, empreendimentos envolvidos no fenômeno turístico atuam de maneira assistemática, nas diversas dimensões espaciais e esferas das políticas públicas.

As perspectivas de inspiração interdisciplinar consideram as significações e práticas que os atores sociais atribuídas ao seu espaço de vivência como uma forma de reconstrução de sua realidade socioespacial. Assim, nós acreditamos que estas significações nos permitem de compreender dentro de qual mundo e como eles vivem, e de afirmar que as representações sociais são pertinentes para melhor se compreender o fenômeno turístico e apresentar estratégias que permitam a sua sustentabilidade em diversas dimensões.

Por um lado, o tratamento econômico do turismo requer, no entanto, uma abordagem que contemple ao lado da análise científica, a consideração do elemento humano que é fundamental em sua manifestação. Por outro lado, compreender o objeto de estudo ou fenômeno, o turismo, exige antes de tudo de entender que o conhecimento científico se processa a partir da relação entre os sujeitos e o objeto, a partir dos níveis de experiências que esses travam com o mesmo. Isso significa dizer que o conhecimento empírico desenvolvido, a partir de suas

experiências com o fenômeno no espaço vivido, tem uma importância fundamental para a construção da ciência. Essa, por sua vez apresenta um arcabouço teórico e metodológico que permitem a sua evolução epistemológica, contribuindo não só com o seu avanço mas também na sua intervenção social.

Nessa perspectiva, esse estudo busca esudar o turismo como um fenômeno social e como uma atividade econômica. Como fenômeno social é importante salientar que o mesmo envolve deslocamento e relações de pessoas num determinado espaço geográfico. Esse, numa visão kantiana, é dinâmico na medida em que sua objetividade permite que as coisas existam. Por outro lado, numa visão aristotélica, ele é subjetivo, ou seja percebido, vivido e concebido de diversas formas, logo transformado e ressignificado com espaço turístico, lugar turístico, lugar de memória de identidade (Bomfim, 2000)

Como atividade turística ele se apresenta, em sua forma mais simples, como uma corrente massiva que se desloca desde um mercado de origem até um núcleo receptor, apresentando dois problemas básicos: sua má distribuição no tempo e sua polarização no envolvidas, possibilitando a obtenção do pleno desenvolvimento das suas potencialidades, tanto nos lugares de emissão como nos de recepção dos fluxos físicos e monetários da atividade turística.

Com base nesses aportes teóricos e empíricos, inserimos a contextualização da produção do lugar turístico: a Baía de Camamu, como uma problemática que exige uma investigação científica.

A Baía de Camamu e o Turismo

A Baía de Camamu formada por onze municípios Cairu, Camamu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença, que ocupa 6.138 km², o que significa 1.1% do território da Bahia (Olalde, Matos E Conceição, 2010). Como forma de entendimento da sua organização espacial para a atividade turística, objeto do nosso trabalho, apresentaremos um breve comentário sobre o aspecto demográfico estrutura fundiária do Baixo Sul (Tabela 01).

O município de Camamu ficou conhecido pela sua produção de cacau, mas que antes do seu apogeu, produziu também farinha e mandioca. Após necessidades do mercado externo. Contudo, principalmente pelo surgimento da praga, popularmente conhecida como “vassoura de bruxa”, devastou-se parte da produção

de cacau; dessa forma, outras atividades econômicas tiveram que ser inseridas para a saída da pior crise da história local (LEAL, 2005).

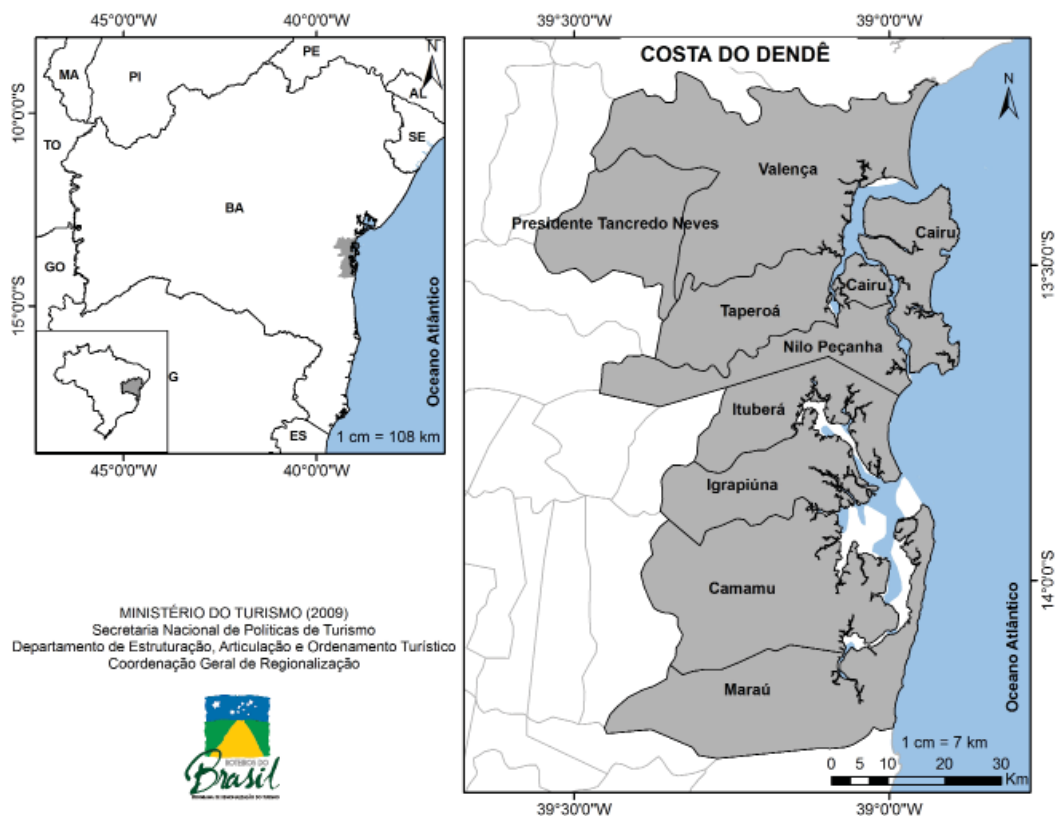
Considerando essas atividades econômicas, vale salientar as categorias ocupacionais que se inserem nesse lugar, ao longo do processo produtivo. Brandão (1998), quando trata das categorias ocupacionais no Recôncavo, afirma que a atividade ocupacional remonta ao início da colonização deste espaço, uma vez que o pescador se configura como elemento que tem para o exercício do seu trabalho a estrutura organizada que é o mar, como também o feirante (muitos deles são pequenos agricultores) que tem oriundo da terra o produto para trabalhar. Por sua vez, destaca-se o cabaneiro que se utiliza tanto do fruto do trabalho do pescador quanto do feirante no exercício de sua ocupação profissional.

Com relação à atividade pesqueira por ser a forma de ocupação mais antiga, se encontra mais revestida de legenda, embora não seja a forma predominante de ocupação das populações da Baía de Camamu, o pescador se configura como produtor autônomo e é inadaptável à disciplina passando a impressão de que opera sem chefes nem patrões e produz por conta própria. Mas, tanto este quanto o feirante integram categorias socioeconômicas cuja posição se caracteriza por grande desproporção entre o quanto depende do seu trabalho e o quanto lhe resulta como benefício.

Para o pescador são ressaltadas três categorias de tipos sociais. A primeira refere-se aos sujeitos que têm a pesca como única atividade profissional. A segunda defi-

Município	Urbana 1980	Urbana 2000	Rural 1980	Rural 2000
Cairu	5.651	6.981	5.391	4.429
Camamu	5.979	12.107	23.618	21.154
Ibirapitanga	4.622	6.363	15.690	15.814
Igrapiuna	852	2.377	5.707	12.583
Ituberá	8.358	15.910	11.742	8.223
Maraú	2.107	2.849	12.194	15.171
Nilo Peçanha	1.200	2.490	6.396	8.718
Pirai do Norte	1.201	2.787	6.298	7.638
Presidente Tancredo Neves		6.221	14.315	13.183
Taperoá	4.548	7.523	7.586	8.410
Valença	31.813	55.884	20.155	21.625
Total do Baixo Sul	66.331	121.497	129.092	137.694

Tabela 1- População residente total e taxa média geométrica de crescimento anual - Baixo Sul - 2000. Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)



Mapa 1 – Costa do Dendê. Fonte: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Regionalização (2009).

ne aquele que tem a pesca como atividade complementar, trabalhando na condição de assalariado. Finalmente, a terceira categoria, refere-se aquele que exerce sua atividade na condição de trabalhador autônomo.

Com relação ao feirante observa-se também, a existência de três categorias: 1) aquele que é ao mesmo tempo produtor e comerciante de seus produtos, geralmente em pequena escala; 2) aquele que compra os produtos para o exercício de sua atividade profissional; 3) aqueles que são pagos por quem produz para comercializarem os produtos.

Com relação aos cabaneiros estes são os próprios donos dos seus negócios, por herança ou por opção de trabalho de acordo com as variações de economias predominantes. Ressaltando que para esta categoria o elemento ou fator que direciona o sucesso do seu empreendimento é o número de pessoas que afluem a sua região, independentemente que este fato seja originado de extração de minérios ou atividades agrícolas ou outra atividade qualquer.

Na busca de outros caminhos para o seu desenvolvimento, nos meados da década de 80, do século XX, as Vilas de Baixo, no entorno da Baía de Camamu,

mantiveram as atividades agrícolas, inclusive o cacau, que coexistiam com a extração de minérios, como bauxita, baritina, gás natural e petróleo. Entretanto, com a decência da lavoura cacauzeira, na década de 90, deste mesmo século, a região se respalda na diversidade econômica. Dentre vários setores, uma possibilidade é o turismo, pois diante das riquezas naturais e patrimônio histórico-cultural preservados, a cidade se consagra pela rica memória historiográfica e, principalmente, pela paradisíaca. Esta inserção deve ter gerado novas relações que influenciam diretamente no processo de ressignificação desse espaço e, pelo seu envolvimento direta ou indiretamente, é possível que os cabaneiros, pescadores e feirantes tenham uma percepção sobre a Baía de Camamu e sua comunidade, antes e após da implantação dessa atividade e, que o conteúdo dela seja um fermento importante para alavancar o planejamento do turismo na região.

A Baía de Camamu está localizada na Zona Turística (ZT) da Costa do Dendê, localizado na Região Sul da Bahia (Figura 01). Os critérios de potencialidade e atrativos foram identificados pelo Programa de Regionalização do Turismo (PRT) do Ministério do Turismo

do Brasil. Essa região de importância econômica, não somente pela produção de dendê, mas também pelo desenvolvimento da atividade turística, se configura como uma área com notáveis recursos e atrativos turísticos naturais e culturais, traduzidos pela exuberante vegetação de mata atlântica, mangues, lagoas, cachoeiras e representação histórica.

Aliado a esta problemática histórico-geográfico que envolve a produção e transformação desse lugar turístico, verifica-se, ainda, que após uma exausta revisão de literatura, existem poucos estudos abordando a Baía de Camamu. Destes, alguns se inserem nos campos da Biologia, da Economia e da História e trazem poucos elementos teóricos e metodológicos que expliquem a relação entre a prática da atividade turística e a pluralidade cultural no processo de organização do espaço. Também, na maioria desses trabalhos, negligencia-se a valorização dos atores sociais locais, fato este que legitima a presente iniciativa, uma vez que pelo caráter da atividade turística e pelo histórico da região, esta atividade deverá alcançar um lugar de destaque na estrutura econômica regional.

Diante do exposto, busca-se questionar qual a percepção dos pescadores, cabaneiros e feirantes sobre a Baía de Camamu, antes e depois da inserção da atividade turística? Para atender a essa questão, elaborou-se os seguintes objetivos: identificar e analisar a percepção desses atores sociais sobre a baía e o modo de vida da sua comunidade, antes e depois da inserção da atividade turística, a fim de apresentar estratégias para o planejamento sustentável do turismo.

A Teoria e Método das Representações Sociais e suas Contribuições para o Planejamento e Compreensão do Turismo

Característico de uma sociedade de consumo, o turismo como um todo estruturado é um produto composto por bens e serviços, tangíveis e intangíveis. Assim, o produto turístico inclui recursos e atrativos naturais e artificiais, equipamentos e infra-estruturas, serviços, atitudes recreativas, imagens e valores simbólicos, constituindo-se num conjunto de determinados benefícios capazes de atrair certos grupos de consumidores em busca de uma satisfação das suas motivações e expectativas (Droulers e Milani, 2002).

Nessa perspectiva, a atividade turística como fenômeno social e econômico apresenta objetivos que visam a maximização do lucro, de experiências psicológicas, dos impactos sobre o social, ambiental e econômico, principalmente para a comunidade local, de uma logística temporal e espacial. Isso coloca estranhos frente a frente, agregando mão de obra de feminina e de minorias étnicas excluídas. Nesse sentido, esse fenômeno é

um campo rico para as pesquisas em ciências sociais, tendo as Representações sociais com base teórico e metodológica.

A Representação Social, que na concepção de Moscovici (1976), se configura como um conjunto de idéias, opiniões, valores, preconceitos e estereótipos que os indivíduos têm sobre um objeto social. Moscovici (1976) introduz em sua teoria, uma noção de sujeito ativo e construtor, assim, é importante destacar que o conceito de representação social parte da proposição de consciência coletiva, porém não relaciona indivíduo e sociedade de forma dicotômica. Desse modo, o homem não absorve os conteúdos que a sociedade o impõe, ele os reformula, na medida em que é um ser ativo e não passivo diante do mundo.

As representações sociais exercem um papel de intermediário entre o individual e o coletivo, tornando-os intercambiáveis. Logo, a singularidade dessa teoria reside em abordar os pontos de interseção entre as referências de grupos sociais e suas apreensões individuais como sujeitos ativos.

Por outro lado, as representações sociais podem ser produto (conteúdo) e em processo, ao mesmo tempo orientando as práticas sociais e sendo orientadas pelas mesmas. Para tanto, se considera que as representações sociais se estruturam em duas instâncias principais, um núcleo central, mais resistentes a mudanças, sendo a base comum propriamente social e coletiva, e uma periferia, mais maleável e disposta a modificar-se no intuito de englobar eventos, idéias, objetos, que sejam contraditórios a priori, para, ao interagir com esta novidade, integrá-la na representação pré-existente ou criar uma nova representação a partir desta novidade, sendo mais associada às características individuais e ao contexto imediato e contingente nos quais os indivíduos estão inseridos (Abric, 2000; Olschowsky, 2007).

O sucesso desta teoria é testemunho da renovação dos interesses pelos fenômenos coletivos, especificamente, pelas regras que regem o pensamento social. Com isso, o “senso comum” aparece como essencial, a identificação da “visão de mundo” que os indivíduos ou os grupos têm e utilizam para tomar posição é indispensável para compreender a dinâmica das interações e práticas sociais (Abric, 2000).

As Práticas Sociais e Econômicas no Processo de Ressignificação Espacial

Considerando que o espaço turístico é consumido pelos atores sociais que aí exercem suas práticas, resgata-se aqui, o conceito de (Santos, 1986:119) onde “o espaço é a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho”. Essa concepção do autor nos leva a perceber que o espaço geográfico que inclui aquele da atividade

turística, não é apenas um reflexo, mas um produto da materialização das coisas produzidas pelos homens no seu lugar de vida e de trabalho. Entendendo aqui que o “espaço não pode ser um reflexo do modo de produção atual, mas um reflexo dos modos de produção passados” (Santos, 1986:145). Essas idéias, associadas às nossas, com relação à Baía de Camamu, implica em inferência de algo percebido e sentido pelos homens em função tanto de seus sistemas de pensamento quanto de suas necessidades.

Nesse contexto, esse espaço turístico da Baía de Camamu é analisado segundo múltiplos fatores que envolvem tanto o meio natural, quanto as necessidades e aspirações dos atores sociais que aí vivem, observando-se que esse espaço é o resultado de um produto histórico, destacando-se o fluxo dinâmico e contraditório das relações sociais e comportamentais.

Busca-se essa compreensão através da percepção socioespacial dos sujeitos envolvidos na pesquisa remetendo ao significado do espaço turístico da comunidade local, que corresponde ao espaço percebido através do sentido que (Husserl, 1986:47) emprega para o termo percepção quando diz que “perceber é fenômeno que depende da capacidade do sujeito para decompor um objeto em sua qualidade simples - a sensação - e de recompor o objeto como um todo, organizando-o e interpretando - a percepção.

A percepção, como elemento da representação social, é entendida como a relação entre sujeito e objeto, através da sua experiência ou visão de mundo. Esta compreensão envolve categorias das diferentes formas de apreensão dos valores e atitudes dos sujeitos atribuídos e vividos no seu espaço, uma vez que o lugar só tem sentido quando este possui um espírito, uma personalidade e o reflexo de toda esta personalidade.

Logo, este trabalho se organizou com base na percepção dos valores e atitudes sobre o seu espaço vivido e sua comunidade, pois, segundo (Bomfim, 2009: 40-41), “o espaço vivido exprime a relação existencial (subjetiva) do indivíduo, de suas práticas de suas representações e de seus imaginários ambientais, onde os laços afetivos são tecidos progressivamente entre os homens e os lugares”.

Métodos e Técnicas de Investigação

Amostragem e Instrumentos de Coleta de Dados

Este estudo insere-se numa linha de pesquisa centrada no conteúdo com uma metodologia de tradição hermenêutico/interpretativa (Karsent - Savoie-Zajc, 2000; Alves-Mazotti, 2001; Demo, 1995). Para o entendimento de como os pescadores, cabaneiros e feirantes percebem

a Baía de Camamu e sua Comunidade, antes e depois da inserção da Atividade Turística, coletam-se os dados primários através de entrevistas semi-estruturadas não dirigidas (Marconi; Lakatos, 2004). Como critérios básicos para seleção dos participantes adotaram-se, aqueles sujeitos que lidavam diretamente com atividade turística nas suas atividades laborais, durante os últimos 30 anos. Esse período eu engloba a crise do cacau e a inserção da atividade turística. Esses atores sociais são considerados como informantes em potencial, uma vez que este procedimento permite ao pesquisador selecionar pessoas da comunidade a ser investigada que sejam fontes de informações que concernem às questões e aos objetivos de pesquisa. Para complementação dos dados, recorre-se aos dados secundários advindo da pesquisa documental e bibliográfica.

Análise e Interpretação dos Dados

Os dados foram tabulados e analisados pela técnica da análise do conteúdo do discurso (Bardin (2002). Assim, o pesquisador reconstrói a realidade de acordo com o que lhe é passado e conhecido, permitindo-o assim discernir os significados dos depoimentos (Bleicher, 1992) e (Ricoeur, 1990).

Os resultados da pesquisa foram comparados com as proposições teórico-conceituais, cuja discussão permitiu traçar as estratégias que possam contribuir para um melhor desenvolvimento da atividade turística na Baía de Camamu.

Resultados e Discussão

No decorrer das pesquisas para este artigo, observou-se que os resultados apontaram para duas imagens bastante significativas. A primeira, que antecede a atividade turística e, a segunda após a mesma. Essas imagens serviram para criação de um modelo estratégico e pudessem alavancar o turismo para o desenvolvimento regional local, baseado no planejamento participativo.

Segundo, maioria dos pescadores, cabaneiros e feirantes, até os últimos vinte anos do século passado, o espaço da Baía de Camamu era caracterizado pela atividade econômica ligada a exploração do cacau, seguido da produção do pescado que era comercializado no mercado interno. Além dessa caracterização, eles a relembram como um espaço paço de lazer exclusivamente dos moradores locais. Por essas razões, infere-se que essa comunidade se definia pelo aporte econômico advindo do cacau, incidindo diretamente no fortalecimento do comércio local, refletindo, por sua vez, na sua prosperidade. Resumindo, depreende-se um grupo social amalgamado pelo aspecto da solidariedade, sem grandes conflitos econômicos, sociais e existenciais.

Nós vivíamos antes da atividade turística, eu considero de modo melhor, como meus pais falavam, porque em 1980 eu era adolescente devia ter mais de 10 anos, mas, verificava que tínhamos mais fartura na mesa, e na roça do meu pai, até os trabalhadores viviam melhor (Feirante 1).

Nós vivíamos, em termos gerais dos recursos do cacau, pois quando o cacau se encontrava na safra e com preços bons o comércio sempre estava bem, embora a gente não trabalhasse diretamente com o cacau, mas todos ganhavam algum dinheiro em suas atividades quando o cacau tinha preço (Cabaneiro 3).

Eu nasci aqui e sempre vivi da atividade cacauzeira, desde a época do meu avô. Eram tempos bons na condição econômica, antes de 1980, pois quem trabalhava no cacau tinha uma boa condição de vida. [...] Os colegas viviam do mesmo jeito que eu, alguns, mas os outros que não tinham cacau trabalhava no comércio que era melhor que hoje, pescava ou era trabalhador do serviço público. A vantagem era que sempre rolava dinheiro e a gente não passava necessidade com a família (Pescador 1).

Com relação à caracterização da Baía de Camamu, após a inserção da atividade do turismo, esses atores sociais afirmam que, atualmente, a região se apresenta bem mais populosa que antes, e eles admitem que a atividade turística foi responsável, uma vez que novos empreendimentos imobiliários foram implantados, aumentando assim a oferta de empregos, tanto fixos quanto temporários. Por outro lado, eles definem esse espaço como aquele da produção turística, pela presença da população residente como da visitante.

[...] depois da queda do cacau, no início dos anos 90, começou a chegar muito estrangeiro aqui na Baía, e aí começou a diminuir as coisas, coisas do mar e também coisas da terra, tem havido nos fins de semana, dia de feira mais lixo na cidade e na orla (Cabaneiro 2).

[...] tem vindo muita gente no meu restaurante e muita gente na cidade, tenho notado um crescimento no vai e vem do povo, uma massa muito grande de gente, aqui em Camamu, como também em Igrapiúna e em Ituberá não tem muita acomodação, apesar das construções nas ilhas, tem escassez de comida do mar e a cidade tem ficado mais suja, eu acho que tem épocas que dobra a quantidade de pessoas (Cabaneiro 3).

[...] o turismo melhorou a Baía de Camamu em al-

guns aspectos, trouxe oferta de empregos, o gás natural que tem em grande quantidade na Baía e é dividido em maior parte para Camamu e Maraú, ficando um pouco do lucro para Igrapiúna e Ituberá e temos a Michelin da Bahia que traz emprego para o povo (Feirante 2).

Eles são mister em apontar alguns impactos na dimensão ambiental, mas que não estão associados diretamente à atividade turística, na medida em que todos afirmam que houve depreciação dos manguezais e das matas, bem como escassez do pescado a exemplo dos peixes, mariscos e crustáceos.

O meu lugar foi tomado por estrangeiros, uma boa parte de antigos colegas foram morar em outros lugares e venderam as casas para pessoas de fora, até nas festas só tem gente de fora, não tem muito espaço para o nativo, nossos barcos no fim do ano, na festa da virada são alugados quase todos por gente de fora. (Pescador 2).

Essa análise permite inferir que um conjunto de fatores contribuiu para a depreciação ambiental: a pesca com rede de malhas pequenas, a utilização de bombas para a pesca de peixes, configurando a ocorrência comum da pesca predatória e a exploração dos minérios existentes na Baía. Vale ressaltar que as empresas que exploram minerais na Baía, já atuam há muito tempo e propiciam, em contrapartida para a comunidade, algumas ações como: promoção de cursos (carcinocultura, artesanato, etc.), manutenção de escolas e preservação de áreas verdes.

Por outro lado, verifica-se que todos os participantes do estudo abordaram a questão da escassez dos frutos do mar, em função da depreciação ambiental e citam que os locais mais degradados são aqueles que recebem maior número de visitantes na alta estação, tornando-se por esta razão foco de desgaste natural originado pela ocorrência de edificações urbanas, uma vez que para este locais afluem em grande número, tanto turistas quanto pessoas de outras localidades que passam a fixar residência para explorar a atividade turística ou para ser apenas residente.

Quem vem de fora não tem amor pela nossa natureza, veja Barra Grande, só tem construção, o manguezal tem bem pouco, as madeiras de lei que era muita fartura, os estaleiros de Cajaíba comeram, hoje buscam madeira até do Pará, por que as madeiras daqui, já era. (Cabaneiro 2).

Não temos mais mariscos, até o camarão defumado que já não é tão bom, tem vindo de Ilhéus, peixes bonitos e grandes, não têm mais, não se encontra mais um mero de 200 quilos há muito tempo, ou seja, as coisas pioraram neste aspecto para nós, mas também para o turista que não encontra comida farta. (Feirante 2).

Neste sentido inferiu-se que ocorre um desconforto para o habitante local que vê seu espaço tomado, seus hábitos modificados, porque passa a disputar serviços que contemplavam um determinado número de pessoas, e que na maioria das vezes não são otimizados em função das necessidades criadas pela exploração do turismo.

Outra situação recorrente refere-se ao deslocamento da população residente, que opta por se desfazer de propriedades costeiras, em função dos preços alterados pela exploração da atividade turística, passando a morar em áreas cada vez mais distantes. Ou mesmo, até saindo do lugar e se estabelecendo em outras regiões, por sentir que o seu lugar não é mais o mesmo.

Os resultados apontam que o lugar turístico é também um lugar de vivência, onde os laços topofílicos são reforçados a partir da experiência dos sujeitos com o seu espaço de vida. Isto significa, segundo Tuan, (1998) que essas afirmações são derivadas da realidade que circunda os pescadores, cabaneiros e feirantes, onde sua percepção é um produto das alterações no ambiente. Essas alterações lhes inspiram respeito ou prometem sustento e satisfação dos seus objetivos, lembrando que a afetividade com o espaço vivido é u resultado das relações e das experiências que afetam não só o espaço geográfico, mas também a vida dos sujeitos.

Logo, fazendo uma relação entre espaço natural e espaço vivido e apropriado pela atividade turística, acreditamos que a depreciação ambiental falada por eles, tem sua raiz na intensa movimentação de pessoas, principalmente na alta estação, devido aos diversos atrativos naturais e culturais, contribuindo assim em vários impactos econômicos, ambientais, sociais e culturais (Castro, 2002). Assim, muitas vezes a comunidade residente é excluída e assiste a transformação do seu espaço de vida, com uma participação ativa de outros eu ali não construíram uma relação de afetividade, constituindo-se numa territorialização.

Com relação à apropriação do território [Baía de Camamu] em espaço turístico, Certeau (1994) afirma que o espaço controlado perde seu conteúdo, na medida em que cria um voyeur, ou seja, o turista como um mero espectador. Em resumo, o turismo na visão de (Ferrara, 2002: 21) “faz do espaço um objeto quando o enfrenta na

visibilidade comercial do pacote, dos roteiros, das passagens, bilhetes e roteiros”.

Para os atores sociais integrantes desta pesquisa, a Baía de Camamu, é apresentada como seu lugar, cujo conceito prevê experiência, sentimentos, valores e significações que no entender de (Merleau-Ponty,1999), a ação de escutar e promover a valorização desta percepção dota de compreensão os gestos, as preferências, as singularidades e as relações que aí são travadas. E com relação às atividades desenvolvidas pelos habitantes locais no entorno da Baía, com relação à utilização dos seus recursos, tem o seu entendimento se encontra atrelado à constatação de que estas atividades são decorrentes de suas necessidades básicas, como pescar peixes e mariscos, coletar cocos e mangas, explorar piaçava, dendê, que, no entanto, não incidem na depreciação ambiental.

Assim, nesse contexto evidencia-se a relação dos impactos socioculturais com a questão da identidade cultural local, percebendo-se como as transformações na localidade vêm deslocando as referências identitárias, acentuando que estas têm passado por transformações que vêm esvaziando os aspectos tradicionais e incorporando elementos contemporâneos (Hall, 2001). Argumentando sobre deslocamentos nas identidades culturais, esse autor aborda a questão na medida em que as culturas tornam-se mais expostas a influências externas através de infiltração cultural que ocorre nas diversas comunidades, afirmando ser difícil conservar a identidade cultural intacta, exemplificando.

Neste caso, buscamos a idéia de (Canclini, 2006), sobre o processo de hibridação cultural, quando ocorre a perda de elementos característicos de uma identidade, ao tempo em que outros elementos são absorvidos nas relações sociais desenvolvidas entre integrantes de comunidade emissoras e receptoras. Observando-se que a função da cultura seria de controlar e ordenar comportamentos, (Geertz, 1989) explica que a cultura não podendo ser interpretada como complexo de padrões concretos de comportamentos, há que se pensar em relações sociais que se organizam com imbricamento de usos, costumes, regras, planos e instruções que são vividos e absorvidos no cotidiano das sociedades.

Esta relação tem provocado, também, uma acentuada exclusão social da população, bem como afluência de outros modos de vida, reforçada por outras atividades ocupacionais, como também desemprego, uma vez que existem serviços que demandam uma mão de obra qualificada. Logo, segundo os estudos de (Becker 1998) e (Coriolano,2006) quando tratam do turismo nas áreas costeiras, afirmam que essas agrupam atrativos típicos de lugares turísticos litorâneos em função das potencia-

lidades naturais. Nessa afirmação insere-se a Baía de Camamu, que teve o turismo como atividade econômica que veio depois da cacauicultura, trazendo impactos mais negativos que positivos, como: aumento do contingente populacional na Baía e nos municípios do seu entorno, grande número de construções de pousadas, hotéis e casas de habitação no veraneio, desmatamento, encarecimento dos preços tanto de alimentos quanto de terras e casas, que levam a uma reflexão sobre o planejamento sustentável no turismo.

Na avaliação deste quadro de carências e alterações, percebe-se que se projeta um processo de resignificação nos vários aspectos da vida da comunidade da Baía de Camamu, levantando-se, para o seu entendimento, várias questões que devem ser trabalhadas na interface do turismo, uma vez que para (Yázigi, 1998) a falta de planejamento na exploração da atividade turística amplia a ocorrência de impactos negativos que poderiam ser minimizados com a adoção de políticas adequadas pelas entidades oficiais e privadas, ajustando, portanto questões socioculturais e ambientais.

Considerando que no âmbito do turismo a natureza tem o significado de capital, cuja reserva de valores (água, metais, biodiversidade) é utilizada tanto através de tecnologias avançadas, tanto pela venda da própria natureza como mercadoria da atividade turística, principalmente nas zonas costeiras, o valor destas áreas é visto através da articulação terra-mar, pelos recursos bióticos e pela rica biodiversidade. Verificando-se a necessidade de se pensar em políticas de planejamento para evitar que a atividade do turismo continue se desenvolvendo de forma desordenada.

Atentando-se para o fato de que é de fundamental importância que a política governamental esteja vinculada à gestão da atividade do turismo, contando com a participação de representações locais e regionais, como de iniciativa privada e da sociedade civil acentua-se a necessidade da utilização do planejamento estratégico que, apoiando-se na participação social, venha elaborar políticas que contemplem equidade e sustentabilidade, modelo este que possibilita superar ao longo do tempo problemas como a exclusão social e a pobreza nas áreas periféricas.

Para (Dias, 2003), a elaboração de políticas de planejamento deve levar em consideração que as necessidades dos segmentos atrelados à atividade do turismo devem ser priorizadas, uma vez que todos eles devem se encontrar integrados para a socialização dos resultados cujos efeitos implicam em consequências tanto para o meio ambiente quanto para as comunidades diretamente envolvidas no processo de articulação da atividade do turismo.

Portanto, entendendo que os lugares turísticos são apropriados de forma estratégica a partir da lógica do capital, com uma função mercadológica, passam a ser um lugar do espetáculo para os visitantes e o lugar das resistências para os integrantes da comunidade, pois a seleção dos lugares e pessoas desencadeia uma série de tensões, cuja teia está imbricada nas dimensões ambientais, econômicas, sociais e culturais.

Considerações finais

Entende-se que as ciências sociais auxiliam no desvelamento do caminho epistemológico do turismo seja como fenômeno social, seja como atividade turística. Vários autores tem contribuído de forma tangencial ou direta, na compreensão da complexidade do turismo: um fenômeno marcadamente multissetorial em sua produção e interdisciplinar. No campo da Psicologia Social, utilizando-se das Representações sociais, elas como um produto social são orientadoras de condutas que vão de um “continuum” que se estende do vivido cognitivo individual até os sistemas sociais, culturais e ideológicos.

Baseando-se nas questões de alteridade, de relações de gênero, de minorias étnicas excluídas, dos impactos socioculturais, entendemos a necessidade de um planejamento do turismo como forma de tomada de decisão. Aqui, ele deve significar idéias racionais e organizadas, tendo como substrato o conhecimento produzido a partir da visão de mundo dos sujeitos envolvidos na atividade turística exercida nos lugares de memória e consumo. Entretanto, planejar nos remete a idéia de (re) organização de um sistema que implica numa certa sustentabilidade que envolva a integração das atividades humanas, das práticas e relações sociais no ambiente, respeitando suas potencialidades e limites.

Considerando a Baía de Camamu, no que se refere a essa integração, verifica-se que a percepção dos sujeitos envolvidos evidencia suas atividades econômicas, suas práticas, suas relações sociais, apontando as potencialidades naturais e culturais e seus limites. Essas dimensões da produção do lugar turístico são traduzidas particularmente pelos recursos, empregos, meio ambiente, enfim sua vivência.

Após avaliação dos resultados da pesquisa realizada, considera-se adequado informar aos representantes do poder público da Zona Turística da Costa do Dendê sobre as sugestões e recomendações decorrentes da percepção dos atores sociais desta pesquisa. Assim, é possível que seus gestores verifiquem a necessidade de adoção de critérios de um planejamento participativo capaz de direcionar ações para certa sustentabilidade da atividade turística, prevendo mecanismos que resultem em

impactos positivos para a comunidade local.

Partindo-se do princípio de que a possibilidade de inexistirem impactos no modelo relacional turista e ambiente é nula, há que se construírem formas de minimizar os impactos negativos, através de projetos que contemplem sustentabilidade dos recursos naturais. A adoção de planejamento para a atividade turística deve ter aplicabilidade como processo racional e participativo, no sentido de se evitar medidas que não correspondam às exigências das realidades locais, objetivando a integração dos vários interesses que permeiam a atividade do turismo, uma vez que existem novas formas de organização do turismo que são adaptadas aos interesses dessas comunidades, com negócios turísticos voltados à geração de trabalho com melhor distribuição dos resultados do trabalho social, fazendo valer os valores comunitários.

Frente à disputa do residente com o turista, especialmente, na alta estação, se faz necessária ampliação de atendimentos na área da saúde, saneamento básico, existência de salva vidas, sinalização na área costeira e nos acessos a vários espaços, regularização do abastecimento de água, organização do sistema de energia elétrica e segurança.

Logo, que sejam firmadas parcerias com empresas públicas e privadas para a exploração da atividade turística, desde quando sejam apresentados de projetos e programas que prevejam ações para a preservação dos recursos naturais e das tradições culturais.

Nessa perspectiva as parcerias podem alavancar um turismo que atenda de maneira mais significativa a relação entre turista e comunidade local. Para tal, após a análise dos resultados desta pesquisa, indica-se particularmente para Baía de Camamu, algumas estratégias:

- 1) criação de cooperativas a fim de ampliar atividades artesanais, visto que a flora oferece espécimes de palmeiras nativas e em abundância, que poderão oferecer matéria prima, como também o aproveitamento dos frutos produzidos na região para transformação em polpa, geléias e doces.
- 2) capacitação de mão de obra local, através de parceria público/privado, via convênios que possam ser desenvolvidos entre as prefeituras e BAHIATURSA, Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, Ministério do Turismo do Brasil, SENAC, SEBRAE e a UESC;
- 3) Uso da legislação municipal para proteger o patrimônio cultural (histórico e natural);
- 4) Criação de um Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente;
- 5) Manutenção da cultura local, através de programas de educação patrimonial, que permita o resgate das tradições e valores culturais;

- 6) Elaboração de calendário cultural oficial dos municípios.

Sob este ângulo o planejamento participativo para buscar um turismo de base local, pode recuperar o poder da sociedade, levando o cidadão a participar dessas estratégias de ação para a organização sustentável da atividade turística, preservando a identidade ambiental e sociocultural da comunidade local, posto que, o turismo sustentável envolve compreensão dos impactos, geração de empregos locais, melhoria da vida das comunidades envolvidas, desde que os métodos da gestão estratégica se aproximem de processos de sustentabilidade social, econômico, ambiental e cultural.

Bibliografia

- Alves-Mazzotti, A. J.; Gewandszjder, F.
2001 O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira.
- Barreto, M.
2003. O imprescindível aporte das Ciências Sociais para o planejamento e Compreensão do Turismo. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 9, n. 20, p.15-29, Outubro.
- Becker, K. B.
1998 Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E. (Org.). Turismo, espaço, paisagem e cultura 3 ed. São Paulo: Hucitec.
- Bleicher, J.
1992. Hermenêutica contemporânea. Lisboa: Edições 70, Publicado originalmente como: Contemporary hermeneutics as the methods philosophy and critiques. Routege e Kegan Paul. London.
- Bomfim, N. R.
2000 Noção social do território: Em busca de um conceito didático em Geografia..A territorialidade. Ilhéus: Editus.
- Bomfim, N. R.
2006, Uma perspectiva educacional da relação entre cultura e ambiente. In: 2006 Encontro de geografia da unicsul, PP.18-26 2ed. São Paulo. Anais... São Paulo: UNICSUL.
- BRANDÃO, M. A.
1998 Recôncavo da Bahia – Sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado.
- Canclini, G. N.
2006. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução Ana R. Lessa & Heloísa P. Cintrão. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

- Castro, C. A. P.
2002 Sociologia aplicada ao turismo. São Paulo: Atlas.
- Certeau, M.
1994 Artes de fazer: a invenção do cotidiano. 16 ed. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis: Editora Vozes.
- Coriolano, L. N. M. T.; Silva, S. C. B. M.; Conceição, H. R. da.
2006 Turismo e geografia: abordagens críticas. Fortaleza: Editora UECE.
- Demo, P.
1995 Metodologia científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas.
- Dencker, A. de F.
2004 Métodos e técnicas da pesquisa em turismo. São Paulo: Futura.
- Dias, R.
2003 Turismo sustentável e meio ambiente. São Paulo: Atlas.
- Dias, R.
2003. Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas.
- Ferrara, L. D'A.
2002 O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI, E. (Org.). Turismo, espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec.
- Filho F. D. A.
2000 .Impactos ambientais e gestão ambiental: comentários para debate. Ciência Geográfica, v.1,n15 (pp.11-24) Bauru.
- Gastal S.; Gomes, M. S.
2005. O Jornal da Globo e as Representações Sociais do Turismo. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação, XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. UERJ, 5 a 9 de setembro de 2005.
- Geertz, C.
1989 .A interpretação das culturas. Tradução de Lucarini J. 3ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.
- Hall, S.
2001 .A identidade cultural na pós modernidade. Tradução de Thomaz T. Silva & Guacira L. Louro.3 ed. Rio de Janeiro: DF&A.
- Husserl, E.
1986. A idéia da fenomenologia. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70.
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. A.
2002. Técnicas de pesquisa. Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Laraia, R. de B.
2004. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro. Zahar Ed. 17 ed.
- Merleau-Ponty. M.
1999. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes.
- Moesch, M.
2000. A produção do saber turístico. p.9 2ed. São Paulo. Contexto.
- Organização Mundial Do Turismo.
2003. Turismo internacional: uma perspectiva global. Tradução de Roberto Cataldo Costa. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann.
- Organização Mundial Do Turismo.
1993 .Desenvolvimento do turismo sustentável: manual para organizadores locais. Madrid: OMT.
- Organização Mundial Do Turismo.
1998 .Introducción al turismo. Madrid: OMT.
- Ricoeur, P.
1990. Interpretações e ideologias. Tradução Hilton Japiassu. 2ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Santos, M.
1996 A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: Hucitec, p.43.
- Santos, M.
1986 .Por uma nova geografia. São Paulo: Hucitec.
- Savoie-Zajc L.; Karsent, T.
2001 .Introduction à la recherche en education. Quebec -. 2ed. Editions du CRP.
- Thompson, E. P.
1998 Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichenberg 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Trigo, L. G. G.
2000 Turismo e qualidade: tendências contemporâneas. Campinas:Ed. Papirus.
- Tuan, Y-Fu.
1979 Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Lívia de Oliveira. 5ed. São Paulo. Difel.
- Yázigi, E.
1998 Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E. (Org.). Turismo, espaço, paisagem e cultura 3 ed. São Paulo: Hucitec.

Recibido: 19/08/10
Reenviado: 08/04/11
Aceptado: 22/06/11
Sometido a evaluación por pares anónimos